

Título: Setor elétrico brasileiro arrecadou R\$ 114,6 bi em 2024, aponta PwC Brasil
Veículo: Canal Solar
Data: 24/12/2025

canal solar

Notícias ▾ Artigos ▾ Renováveis Latam Blog Empresas de energia solar Integradores Revista ▾ Eventos Vídeos Veículos Elétricos Consultoria Cursos

Pesquisar 🔍

Início / Notícias / Setor elétrico brasileiro arrecadou R\$ 114,6 bi em 2024, aponta PwC Brasil

Setor elétrico brasileiro arrecadou R\$ 114,6 bi em 2024, aponta PwC Brasil

Levantamento revela que o ICMS é o principal tributo do setor, respondendo por 16,7% da receita gerada



Caique Amorim

24 de dezembro de 2025, às 10:16



4 min 58 seg de leitura



Foto: Freepik

Um levantamento realizado pela PwC Brasil e pelo Instituto Acende Brasil apontou que, em 2024, 44,8% da receita operacional bruta gerada pela venda de energia elétrica ao consumidor final foi destinada ao pagamento de tributos e encargos setoriais.

Apesar da redução em comparação com 2023, quando esse valor era de 46,2%, o valor ainda representa quase metade do que o consumidor paga.

A pesquisa analisou 44 empresas de geração, transmissão e distribuição de energia com base em dados financeiros auditados, informações da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e MME (Ministério de Minas e Energia).

Tributos e encargos analisados

A análise levou em conta diversos tributos e encargos, como impostos federais, estaduais e municipais (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, ICMS, ISS) e encargos trabalhistas.

Além disso, foram incluídos encargos específicos do setor elétrico, como a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), RGR (Reserva Global de Reversão), ESS (Encargos de Serviços do Sistema) e PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica).

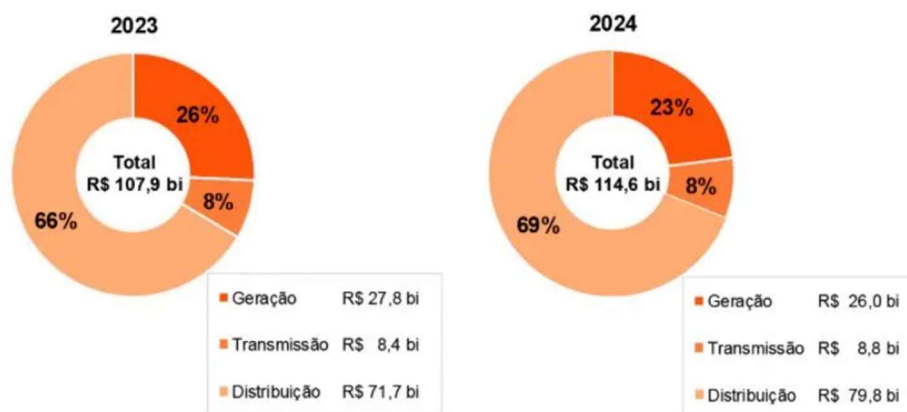
Setor arrecadou R\$ 114,6 bilhões em 2024

Em 2024, o setor arrecadou R\$ 114,6 bilhões em tributos e encargos, um aumento de 6,2% em relação aos R\$ 107,9 bilhões de 2023. A maior parte da arrecadação veio da distribuição de energia, que totalizou R\$ 79,8 bilhões, representando 69% do total.

A geração arrecadou R\$ 26 bilhões, com uma queda de R\$ 2,7 bilhões, enquanto a transmissão somou R\$ 8,8 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 0,4 bilhão.

A distribuição concentrou a maior parte dessa arrecadação. Em 2024:

- **Distribuição** respondeu por R\$ 79,8 bilhões, o equivalente a 69% do total, com aumento de R\$ 8,1 bilhões e avanço de 3 pontos percentuais na participação;
- **Geração** arrecadou R\$ 26 bilhões, queda de R\$ 2,7 bilhões e redução de participação de 26% para 23%;
- **Transmissão** somou R\$ 8,8 bilhões, crescimento de R\$ 0,4 bilhão, mantendo participação de 8%.



Fonte: PwC e Instituto Acende Brasil

ICMS segue como principal tributo

Segundo o levantamento, o [ICMS](#) permanece como o principal tributo incidente sobre o setor elétrico. Em 2024, sua participação subiu 15,1% para 16,7% da receita, um aumento de 0,6% que impacta de forma relevante a composição da carga tributária.

Outros tributos sobre consumo apresentaram comportamento misto:

- **Cofins** caiu de 8,1% para 7,7%;
- **PIS** recuou de 1,8% para 1,7%;
- **ISS** permaneceu em 0%.

Nos tributos sobre a renda:

- **IRPJ** caiu de 2,2% para 1,9%;
- **CSLL** manteve-se em 0,7%.

Já os tributos sobre a folha, como INSS e outros encargos trabalhistas, reduziram a participação de 2,1% para 1,3%. No total, a carga de tributos caiu de 31,0% em 2023 para 30% em 2024, redução de 1 ponto percentual.

Encargos setoriais recuam, mas CDE bate recorde

Os encargos setoriais representaram 14,8% da receita em 2024, abaixo dos 15,2% registrados em 2023. A principal variação ocorreu na CDE, que aumentou sua participação de 12,9% para 13,2%.

Em valores nominais, a arrecadação da CDE atingiu R\$ 33,853 bilhões em 2024, o maior patamar da série histórica. O crescimento ocorreu após um período de estabilidade entre 2022 e 2023, quando a arrecadação havia recuado de 15,4% para 12,9%.

Outros encargos tiveram participação menor:

- **P&D/PEE** manteve-se em 0,7%;
- **CFURH** permaneceu em 0,4%;
- **RGR** caiu de 0,2% para 0%;
- **PROINFA** caiu de 0,5% para 0%;
- **Outros encargos** subiram levemente de 0,4% para 0,5%.

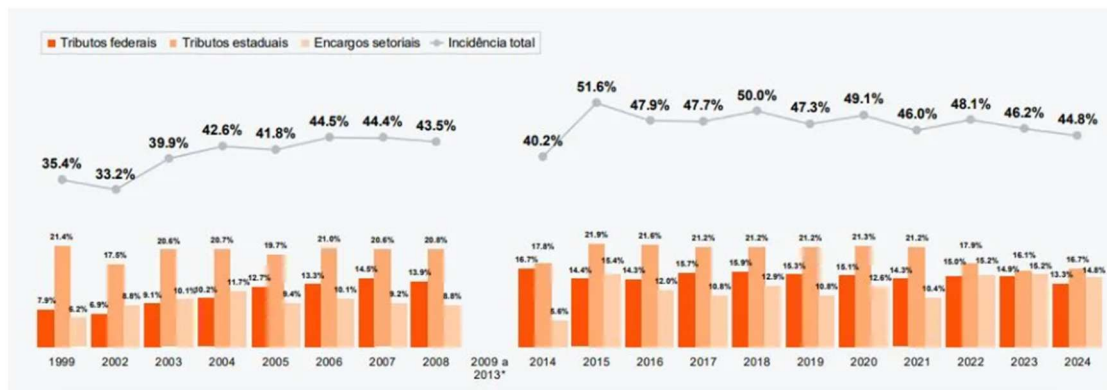
Como a CDE foi utilizada em 2024?

Em 2024, as despesas da CDE totalizaram R\$ 37,167 bilhões, alta de R\$ 2,181 bilhões em relação a 2023. Os principais destinos foram:

- **Descontos tarifários na distribuição:** R\$ 10,236 bilhões;
- **CCC – Sistemas isolados:** R\$ 10,742 bilhões;
- **Tarifa Social – Baixa renda:** R\$ 6,185 bilhões;
- **Universalização – PLP + kit instalação:** R\$ 2,503 bilhões;
- **Subsídio à geração distribuída (Lei 14.300):** R\$ 1,681 bilhão;
- **CDE Eletrobras (Lei 14.182):** R\$ 1,299 bilhão.

Do lado das receitas, a taxa CDE alcançou R\$ 33,853 bilhões, crescimento de R\$ 3,661 bilhões em relação a 2023

Carga estruturalmente elevada



*Obs: o estudo não foi realizado para o período compreendido entre os anos-calendário de 2009 a 2013. Fonte: PwC e Instituto Acende Brasil

A análise também apresentou a série histórica de 1999 a 2008 e de 2014 a 2024, que indica que a carga total de tributos e encargos do setor elétrico se mantém elevada há décadas.

O ponto mais alto da série foi registrado em 2015, quando a incidência total atingiu 51,6%, reflexo de um período de forte pressão devido aos encargos setoriais e ao aumento da carga estadual, especialmente em um contexto marcado pela crise hídrica e pelas medidas emergenciais adotadas no setor elétrico.

Após esse pico, a carga total apresentou uma tendência de acomodação, variando entre 46% e 50% até 2022. Em 2024, a incidência recuou para 44,8%, o menor nível desde 2014, embora ainda esteja significativamente acima dos índices observados no início dos anos 2000.

Analisando a composição da carga, os tributos estaduais, liderados principalmente pelo ICMS, continuam sendo o principal componente ao longo de toda a série, com participação elevada e relativamente estável.

Os encargos setoriais, por sua vez, apresentaram maior volatilidade, com picos em períodos de maior intervenção no setor e uma redução gradual nos últimos anos. Já os tributos federais, embora menores, mantiveram uma participação consistente ao longo do período.

ICMS varia entre estados

O estudo ainda revelou variações nas alíquotas de ICMS entre os estados. Em 2024, a média nacional foi reduzida de 19,3% para 18,8%, mas alguns estados, como Maranhão (22%), Piauí (21%) e Bahia (20,5%), ainda apresentam alíquotas elevadas, enquanto outros mantiveram estabilidade.

Essas disparidades regionais, somadas ao fato de que o ICMS incide sobre uma base bruta que inclui o próprio imposto, podem impactar o preço final da energia para o consumidor.

Estado	2023	2024	Estado	2023	2024
Bahia	27%	20,5%	Minas Gerais	18%	18%
Piauí	27%	21%	Paraíba	18%	20%
Rio Grande do Norte	27%	18%	Paraná	18%	19%
Rio de Janeiro	22%	20%	Pernambuco	18%	20,5%
Alagoas	21%	19%	São Paulo	18%	18%
Amazonas	20%	20%	Tocantins	18%	20%
Roraima	20%	20%	Rondônia	17,5%	17,5%
Acre	19%	19%	Espírito Santo	17%	17%
Pará	19%	19%	Goiás	17%	17%
Sergipe	19%	19%	Mato Grosso	17%	17%
Amapá	18%	18%	Mato Grosso do Sul	17%	17%
Ceará	18%	20%	Rio Grande do Sul	17%	17%
Distrito Federal	18%	20%	Santa Catarina	17%	17%
Maranhão	18%	22%	Média	19,3%	18,8%

Fonte: PwC e Instituto Acende Brasil